



ID: 76273586

10-08-2018

Planos para gerir riscos de corrupção guardados na gaveta

Existem 107 entidades do setor público regional que elaboraram ou atualizaram os Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. A maioria das entidades não divulgou plano junto dos seus colaboradores

LUÍS PEDRO SILVA

lsilva@acorianooriental.pt

A maioria dos planos de gestão de riscos de Corrupção e Infrações Conexas elaborados por entidades públicas regionais está guardada...na gaveta.

As conclusões foram apresentadas por uma auditoria da Inspeção Regional da Administração Pública que aponta falhas na gestão destes procedimentos para prevenir a prática de atos de corrupção na função pública.

A inspeção procedeu a uma fiscalização e verificou que "mais de 2/3 das entidades assume que o plano não está divulgado na intranet (uma rede acessível apenas aos colaboradores de cada entidade)".

No inquérito efetuado a 63 entidades públicas regionais, apenas sete revelaram que divulgaram o plano de gestão de riscos de corrupção na intranet. O número de entidades que divulgaram o plano na página oficial do organismo aumentou para nove, mas continua a ser um número pouco representativo de entidades a divulgar os planos de gestão de riscos de corrupção.

A auditoria detetou ainda uma falha na divulgação da mensagem, indicando que "a grande maioria dos planos foram divulgados aos trabalhadores das entidades auditadas", mas explica que "mais de metade das entidades assume que essa explicação foi efetuada apenas aos dirigentes e chefias".

As entidades públicas regionais assumiram, no inquérito, que registam "dificuldades na execução do plano" de gestão de riscos.

Os principais impedimentos são a falta de atualização dos planos, alterações verificadas nas estruturas dos serviços, mas também a falta de recursos humanos ou ausência de funcionários com conhecimentos ou competências técnicas específicas na vertente de prevenção de riscos.



ARQUIVO AO/EDUARDO COSTA

Auditoria foi realizada pela Inspeção Regional da Administração Pública, que depende diretamente da Vice-Presidência do Governo

A Inspeção Regional da Administração Pública acrescenta que "pouco mais de metade das entidades assume elaborar periodicamente relatórios de execução do plano" de gestão de riscos.

Existe alguma percentagem elevada (cerca de 33 por cento) das entidades que consideram que o plano não é "exaustivo na identificação dos riscos".

Apesar destes constrangimentos, as entidades públicas

DIREITOS RESERVADOS



Apontadas deficiências na gestão dos planos de corrupção

Entidades apresentaram plano durante auditoria

A Inspeção Regional da Administração Pública apresentou uma adenda ao relatório da auditoria para incluir os dados de novas entidades que apenas apresentaram o plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas durante ou no final da ação de fiscalização.

O documento explica que no início da auditoria apenas 31 entidades tinham depositado o plano junto da Inspeção Regional da Administração Pública, sendo que no final da auditoria o número de planos aumentou para 53. Somente depois do final da auditoria, após um prazo de 60 dias, foram apresentados todos os planos das entidades públicas regionais.

regionais reconhecem que os planos de gestão de riscos de corrupção representam um instrumento importante para a promoção de boas práticas na gestão pública.

O objetivo da auditoria foi verificar se havia planos de prevenção da corrupção nas diversas entidades ligadas ao setor público regional, com a identificação, em cada área ou departamento, dos riscos de corrupção e infrações conexas.

Foram analisados dados de 88 entidades da administração regional, quatro institutos públicos sob tutela do Governo Regional, três hospitais EPE (Entidades Públicas Empresariais) e 12 entidades do setor público empresarial regional.

A auditoria apresenta diversas propostas e recomendações para todas as entidades regionais. A primeira é que



GACS/JAR



Vasco Cordeiro defendeu combate à corrupção



Governo da República tem incentivado combate à corrupção

todas as entidades devem proceder à divulgação dos seus planos na internet e intranet.

É sugerido que os planos sejam atualizados e que sejam elaborados relatórios anuais de execução dos planos.

As conclusões deste relatório foram apresentadas ao presidente do Tribunal de Contas, Conselho de Prevenção Contra a Corrupção, presidente do Governo Regional dos Açores, vice-presidente do Governo dos Açores e a todos os chefes de gabinetes das secretarias regionais.

Cordeiro defende combate

O presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro, garantiu o compromisso de combater a corrupção, em novembro de 2017, no parlamento regional.

“Em relação à questão do combate à corrupção, esta não é uma matéria de partidos. É um objetivo de todos e gostaria de dar nota, de forma muito clara, do compromisso que o Governo tem com esse objetivo”, afirmou Vasco Cordeiro, durante o debate sobre as propostas do Plano e Orçamento para 2018. ♦

PEDRO NUNES/LUSA



DIAP de Ponta Delgada centraliza investigações sobre corrupção nos Açores

ARQUIVO A3/ EDUARDO RESENDES

Ministério Público abriu 10 investigações por corrupção

Segundo informação recolhida junto do Ministério da Justiça, foram abertas dez investigações por crimes de corrupção nos Açores

LUÍS PEDRO SILVA
lsilva@acorianooriental.pt

Durante os últimos dois anos, o Ministério Público de Ponta Delgada abriu dez investigações por crimes de corrupção.

A informação é avançada pelas estatísticas oficiais do Ministério da Justiça, elaboradas pela Direção Geral da Política da Justiça.

O documento refere que em

2016 foram iniciadas quatro investigações por suspeitas de crimes de corrupção, enquanto em 2017 foram abertas mais seis investigações sobre o mesmo tipo de crimes.

Os processos em investigação estão centralizados no Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Ponta Delgada, que conta com uma procuradora adjunta que se dedica, em exclusividade, à investigação dos processos de criminalidade económica.

Os objetivos estratégicos definidos pela Procuradoria Geral da República pretendem privilegiar o combate à corrupção e à criminalidade económico-financeira em 2018.

A aposta do Ministério Público passa por realizar um trabalho de especialização na investigação de crimes complexos, como por exemplo a investigação a crimes de corrupção, abuso de poder, peculato, branqueamento de capitais, participação económica em negócio, tráfico de influência, administração danosa e recebimento indevido de vantagem.

O resultado desta política de prioridade no combate à corrupção começa a surgir nos Açores. O processo mais mediático é a operação “Asclépio”, que investiga crimes de corrupção no Serviço Regional de Saúde, o qual ainda está em fase de inquérito e deverá ser concluído em 2019. ♦



ID: 76273586

10-08-2018

O MAIS ANTIGO JORNAL PORTUGUÊS
FUNDADO EM 1835
POR MANUEL ANTÓNIO
DE VASCONCELOS

ANO CLXXXIII - Nº 20169
SEXTA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 2018
DIÁRIO

DIRETOR
PAULO SIMÕES

0,95 €
IVA inc.

Açoriano Oriental

www.acorianooriental.pt

Enfermeiros especialistas dos Açores vão receber suplemento

Pagamento do suplemento remuneratório abrange 288 profissionais **PÁGINA 5**



Planos para combater corrupção na gaveta

Auditoria da Inspeção da Administração Pública aponta falhas na gestão de procedimentos para prevenir a prática de atos de corrupção na função pública. Maioria das entidades não fez a divulgação aos colaboradores **PÁGINA 6 E 7**

DECATHLON
PONTA DELGADA

DE 19 JULHO A 29 AGOSTO

SALDOS
2ª VAGA

SAÍDA / EXIT HOSPITAL

PSD acusa SATA de estar a funcionar em piloto automático

PÁGINA 13

Esperadas 20 mil pessoas no Festival da Povoação

Festival conta com 'artistas que pisam os maiores palcos do mundo', diz João Paulo Ávila **PÁGINA 8**

Desporto

Avançado que esteve no Mundial reforça Santa Clara

PÁGINA 22



RUI SOARES/ARQUIPÉLAGO

Como artistas vindos do exterior viram os Açores

Inaugura amanhã no Arquipélago - Centro de Artes Contemporâneas o 1º Ciclo Expositivo do projeto Geometria Sónica. Quatro artistas mostram o resultado de uma residência nos Açores **PÁGINA 2 E 3**

Agriloja

DESCONTO DIRETO PARA CLIENTES COM CARTÃO AGRILLOJA

20%

Alimento Seco p/ Cão Adulto | Mix 18Kg
cód.: 0147923

Desconto limitado aos produtos avulsos e para compras a pronto pagamento de clientes identificados com Cartão Cliente Agriloja, na loja Agriloja da Região Autónoma dos Açores, entre 1 e 31 de Agosto de 2018, salvo falta de stock e não acumulável com outras campanhas em vigor. IVA à taxa legal em vigor.

Cosmética Profissional
VENDA EXCLUSIVA PARA PROFISSIONAIS
Ponta Delgada - Valadas
(Rua Eduardo Soares de Albuquerque, 11)
geral@cosmetica-profissional.pt
296 099 999 - 966 458 606

KACH
HAIR ORGANIC SOLUTIONS

ESCOVA PROGRESSIVA

- ✓ duração de 3/4 meses;
- ✓ mais rápido e seguro;
- ✓ 80% matérias orgânicas;
- ✓ queratina e ácidos orgânicos;
- ✓ sem parabens e alergénios;
- ✓ pode mergulhar, lavar ou apañar o cabelo;
- ✓ dermatologicamente testado;

TUDO PARA CABELEIROS E ESTETICISTAS

APENAS UM PASSO. PRONTO EM 20 MINUTOS
INDICADO PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO.